

**O SISTEMA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DO EXÉRCITO EM
OPERAÇÕES
HUMANITÁRIAS
COMPLEXAS: INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS E SUPORTE
PSICOSSOCIAL NA
OPERAÇÃO ACOLHIDA**

**THE MILITARY SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM IN COMPLEX HUMANITARIAN
OPERATIONS: SERVICE INNOVATION AND PSYCHOSOCIAL SUPPORT IN
OPERATION ACOLHIDA**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde •

27/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790388072](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790388072)

Darlene de Araújo Silva¹

Roberto Augusto Caracas Neto²

RESUMO

Este artigo analisa a atuação do Sistema de Assistência Social do Exército Brasileiro (SASEx) na Força-Tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida), na fronteira norte do Brasil. O estudo investiga como a integração de serviços socioassistenciais diretamente no teatro de operações atua como vetor de inovação em processos públicos, garantindo o suporte psicossocial e a prevenção do estresse ocupacional do efetivo militar empregado sob condições extremas. Adotou-se uma metodologia qualitativa, exploratória e analítica, baseada em estudo de caso e triangulação de dados primários e secundários — incluindo levantamentos de clima organizacional e escuta qualificada com o pessoal desdobrado —, combinada com a análise do arcabouço normativo do Exército e da doutrina nacional de respostas a emergências do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os resultados demonstram que as intervenções interprofissionais e preventivas do SASEx reduzem vulnerabilidades psicossociais, preservam a higidez mental da tropa e sustentam a prontidão e a eficácia operacional do poder combatente em missões prolongadas. Conclui-se que a incorporação da assistência social militar às estratégias de resposta a crises humanitárias configura uma inovação institucional em serviços, convertendo o bem-estar do efetivo em componente crítico para a segurança e para a proteção de populações vulneráveis.

Palavras-chave: Assistência Social Militar; Operação Acolhida; Inovação em Serviços; Suporte Psicossocial; Prontidão Operacional.

ABSTRACT

This article analyzes the performance of the Brazilian Army Social Assistance System (SASEx) within the Humanitarian Logistics Task Force (Operation Acolhida) on Brazil's northern border. The study

investigates how embedding social welfare services directly into the operational theater serves as a vector for public service innovation, mitigating occupational stress and providing psychosocial support to military personnel deployed under extreme conditions. A qualitative, exploratory, and analytical methodology was adopted, based on a case study and data triangulation combining primary field insights, such as organizational climate assessments and qualified listening, with military regulations and the national emergency doctrine of the Unified Social Assistance System (SUAS). The results show that proactive and interdisciplinary social work interventions successfully address psychosocial vulnerabilities, safeguard troops' mental health, and sustain operational readiness and combat power throughout prolonged humanitarian deployments. The study concludes that integrating military social assistance into disaster and crisis response frameworks represents an institutional service innovation, positioning force well-being as a strategic component for operational effectiveness and civil protection in complex emergencies.

Keywords: Military Social Work; Operation Acolhida; Service Innovation; Psychosocial Support; Operational Readiness.

1. INTRODUÇÃO

O agravamento das crises socioeconômicas e políticas na América Latina culminou na intensificação de fluxos migratórios mistos de grande magnitude na região fronteira do Norte do Brasil (ACNUR, 2025; OBMIGRA, 2024). Esse cenário exigiu do Estado brasileiro a estruturação de respostas operacionais complexas e articuladas, consolidadas a partir da edição da Lei nº 13.684/2018, que estabeleceu as diretrizes para as medidas de assistência emergencial e acolhimento a pessoas em situação de

vulnerabilidade decorrente de fluxos migratórios internacionais (BRASIL, 2018). Sob a coordenação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) – Operação Acolhida estruturou-se como uma resposta interministerial, interagências e conjunta, associando o emprego do componente militar ao apoio de agências das Nações Unidas e da sociedade civil (BRASIL, 2025; OLIVEIRA, 2018).

Essa arquitetura institucional associou o emprego do componente militar da Força Terrestre ao suporte especializado de agências das Nações Unidas e de organizações da sociedade civil, visando garantir o atendimento humanitário por meio do ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização voluntária e segura (MORAES; SIMÕES, 2024; SILVA, 2024; SIMÕES; VAZ, 2023).

No âmbito das políticas públicas civis de proteção social, a doutrina do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabelece que o atendimento em situações de emergência e calamidade pública não se alinha a práticas assistencialistas ou ações voluntárias isoladas, constituindo um direito socioassistencial e um dever formal do Estado (CAMPOS, 2013; MDS, 2026). Sob esse prisma, o arcabouço normativo mais recente — balizado pela Portaria MDS nº 1.172/2026, pela Resolução CNAS nº 223/2026 e pela Resolução CIT nº 31/2025 — desburocratizou e normatizou o cofinanciamento emergencial federal via Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC) (CNAS, 2026; MDS, 2026). Essa regulamentação assegura a gestão do risco socioassistencial dividida em quatro fases cruciais: prevenção e mitigação, preparação, resposta imediata e recuperação (MDS, 2026). Contudo, no contexto de operações militares prolongadas em áreas de fronteira, a exigência de respostas rápidas impõe severos desafios não apenas à população acolhida, mas também ao contingente

militar encarregado de executar as ações humanitárias (FAN, 2018; OLIVEIRA, 2018).

Se por um lado a literatura recente analisa a eficácia da logística de acolhimento, abrigamento e interiorização prestada à população migrante (MORAES; SIMÕES, 2024; SILVA, 2024), por outro, subsiste uma lacuna teórica e empírica quanto aos impactos socioassistenciais e às exigências operacionais impostas aos próprios agentes estatais encarregados da execução da missão (FAN, 2018; OLIVEIRA, 2018). O engajamento contínuo em cenários de severa vulnerabilidade e estresse socioambiental exige a atuação sistemática da Assistência Social Militar para mitigar desdobramentos psicoemocionais e manter a eficiência do efetivo empregado (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; TEIXEIRA, 2004).

Inserido no âmbito do Serviço Social das Forças Armadas e balizado pelas diretrizes do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), regulamentado pela Portaria – C Ex nº 1.971/2023, este artigo analisa o papel da assistência social como vetor estratégico de suporte psicossocial e garantia da manutenção da higidez e do poder combatente do efetivo militar em operações humanitárias de longa duração (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b), e ainda, analisar a atuação da Assistência Social do Exército como ferramenta indutora de suporte psicossocial aos militares empregados na Força-Tarefa Logística Humanitária, identificando suas contribuições desde a fase preparatória até o acompanhamento intramissão (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; FAN, 2018). O estudo problematiza a atuação profissional na prevenção do sofrimento psicoemocional da tropa e na mediação das demandas sociais no contexto de crises sobrepostas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; MONTAÑEZ et al., 2007). Conclui-se que a intervenção preventiva e sistemática do assistente

social atua como vetor decisivo na manutenção da higidez mental, no bem-estar sociofamiliar e na preservação do poder combatente do efetivo militar (MONTAÑEZ et al., 2007; TEIXEIRA, 2004).

O aspecto inovador da ferramenta reside na institucionalização do acompanhamento psicossocial contínuo no próprio campo de operações — integrando a Equipe de Verificação e Orientações Específicas (EVOE) e o Quadro de Cargos Previstos da missão, cujo diferencial em relação às doutrinas tradicionais e às ferramentas socioassistenciais civis convencionais consiste na capacidade de unir a doutrina de proteção social e saúde mental à manutenção da operacionalidade e da prontidão de emprego da Força Terrestre em cenários de crise prolongada (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a, 2023b; FAN, 2018).

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo encontra-se estruturado em quatro seções principais, além desta Introdução. A segunda seção apresenta a Fundamentação Teórica e Revisão de Literatura, articulando as normativas do SUAS e as diretrizes do SASEx no contexto do gerenciamento de crises (BRASIL, 2018; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b; MDS, 2026). A terceira seção detalha os Procedimentos Metodológicos empregados, caracterizando a abordagem qualitativa, a pesquisa de campo e a triangulação de dados (BARDIN, 2011; MINAYO, 2014). A quarta seção expõe a Análise dos Resultados e Discussão, categorizando as demandas socioassistenciais e as evidências colhidas no 8º Contingente. Por fim, as Considerações Finais sintetizam as implicações do estudo para a gestão socioassistencial nas Forças Armadas e recomendam diretrizes para os contingentes futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente coletânea descreve a legislação e a atuação do serviço de assistente social na Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida. A coleta foi realizada em dois contingentes (grupos de militares destacados para uma missão específica), nos anos de 2020 e 2024. O estudo ora apresentado se detém na intervenção às demandas socioassistenciais do efetivo militar em um cenário de crise humanitária, e no trabalho interdisciplinar junto aos migrantes venezuelanos, na fronteira norte do país.

Diante da experiência obtida e considerando a peculiar natureza do trabalho do assistente social em uma missão humanitária, é que se deu o interesse em substanciar essa atuação, buscando fortalecer esse espaço sócio-ocupacional e acrescentar às pesquisas acerca da intervenção do assistente social nas Forças Armadas, a qual é, em tese, capaz de promover mudanças positivas para a qualidade de vida dos militares e seus familiares - público-alvo do atendimento social.

2.1. Paradigmas Globais de Ação Humanitária e Parâmetros Doutrinários da Assistência Social no Brasil

A resposta a crises humanitárias e deslocamentos populacionais de grande magnitude exige a articulação entre as diretrizes internacionais de proteção e as políticas públicas nacionais de seguridade social. No âmbito global, as intervenções de emergência balizam-se pelos princípios da neutralidade, imparcialidade e humanidade, sob a coordenação de agências do Sistema das Nações Unidas e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ACNUR, 2025; MORAES; SIMÕES, 2024). Contudo, a efetividade das ações locais depende da capacidade de integração dessas agências com os sistemas nacionais de proteção social (SIMÕES; VAZ, 2023).

No contexto brasileiro, as operações humanitárias em situações de emergência, desastres ou fluxos migratórios intensos não são concebidas sob a ótica do assistencialismo, da caridade ou de voluntariados isolados, mas sim como um direito socioassistencial universal e um dever estatal inequívoco (CAMPOS, 2013; MDS, 2026). A doutrina do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respaldada pela Lei nº 13.684/2018 para cenários migratórios, estabelece que desastres e crises socioambientais afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade preexistente (BRASIL, 2018; CAMPOS, 2013). Nesses contextos, a assistência social opera fundamentada na segurança de sobrevivência, acolhida e convívio familiar e comunitário, estruturando a gestão de riscos em quatro fases sistemáticas: prevenção e mitigação, preparação, resposta imediata e recuperação (MDS, 2026).

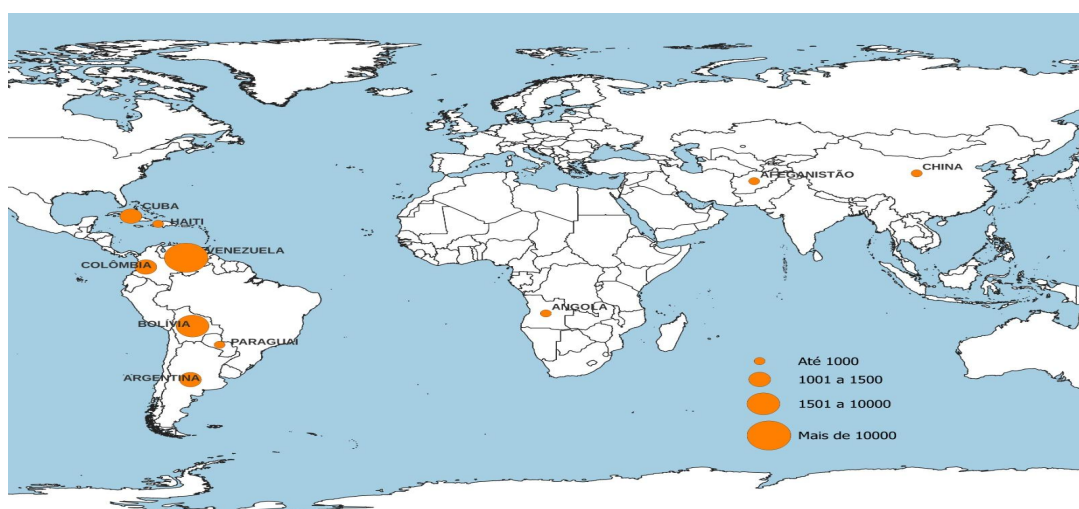
O arcabouço normativo contemporâneo do SUAS foi fortalecido com a edição da Portaria MDS nº 1.172/2026, que desburocratizou o funcionamento das provisões emergenciais e a liberação de recursos do Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC) (CNAS, 2026; MDS, 2026). Em alinhamento com a Resolução CNAS nº 223/2026 e a Resolução CIT nº 31/2025, o repasse financeiro automático (fundo a fundo) permite a instalação imediata de Alojamentos Provisórios Qualificados e a oferta de itens essenciais de ajuda humanitária, vedando o uso habitual de estabelecimentos de ensino para abrigo, a fim de preservar o direito à educação (CNAS, 2026; MDS, 2026).

A informação é importante, pois conforme estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR é de que mais de 5,4 milhões de venezuelanos, até março de 2025, tenham

deixado a Venezuela, migrando para outro país (ACNUR, 2025). Apesar de não ser necessário discussões acerca do rigor metodológico dessa contagem, o fato não deixa de ser um dado relevante, representando uma das maiores crises de deslocamento no mundo.

De acordo com o relatório do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2024), por meio do Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, os venezuelanos foram quem mais migraram para o Brasil no ano de 2024, conforme pode ser observado no mapa que se segue.

Figura 1. Número de registros de imigrantes no Brasil, segundo principais países de nascimento, agosto de 2024.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra)

Decorrente da demanda e a necessidade de reforçar a segurança e soberania nacional, foi realizado o deslocamento de forças policiais e militares para a área de fronteira do Brasil com a Venezuela. A partir desta premissa, quando o gerenciamento da crise demanda o emprego do componente militar, com uma estrutura de resposta estende-se à Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) –

Operação Acolhida (BRASIL, 1999, 2010, 2025). A atuação das Forças Armadas em missões de caráter humanitário e de proteção social articula-se na interface entre o dever estatal de proteção socioassistencial e as missões subsidiárias previstas na Lei Complementar nº 97/1999 e alteradas pela Lei Complementar nº 136/2010 (BRASIL, 1999, 2010).

A intervenção militar, nesse prisma, opera em cooperação intersetorial com os órgãos civis para viabilizar o ordenamento de fronteira, a acolhida e a interiorização voluntária e segura de migrantes e refugiados (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2024; SILVA, 2024).

Coordenada pelo Governo Federal, a Operação Acolhida é executada de forma conjunta entre o componente militar, denominado FT Log Hum, cerca de 120 (cento e vinte) instituições civis: Órgãos Não Governamentais (ONG); Órgãos Governamentais e Organismos Internacionais (OI).

A Operação Acolhida foi criada como resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países, e tem como objetivo oferecer ajuda humanitária aos migrantes venezuelanos que entram no Brasil devido à crise vivida pelo país vizinho, visando garantir atendimento, por meio da realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, do estado de Roraima para outras cidades do Brasil.

2.2. O Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) e o Suporte à Higidez Operacional

As Forças Armadas são responsáveis por prestarem o apoio logístico à operação nas áreas de infraestrutura, transporte, saúde e

administração (BRASIL, 2025). Os militares são empregados na missão para exercerem diversas funções, por meio de três eixos: a organização da fronteira, o abrigamento e a interiorização de venezuelanos refugiados no Brasil, inserindo-os no ordenamento jurídico e laboral brasileiros.

Visando realizar um acompanhamento psicológico, social e religioso ao efetivo militar empregado na missão e/ou seus familiares é designada em cada contingente de militares, uma equipe composta por assistente social, psicólogo e capelão³.

A execução continuada de missões humanitárias em cenários de severa vulnerabilidade expõe a tropa a estressores operacionais e psicoemocionais atípicos (FAN, 2018; OLIVEIRA, 2018). Para mitigar esses impactos e preservar a capacidade operativa do efetivo, o Exército Brasileiro utiliza a estrutura do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), regulamentado pela Portaria – C Ex nº 1.971/2023 (IG 30-01) e pela Portaria nº 114-DGP/2016 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016, 2023b). O SASEx atua como uma ferramenta estratégica de gestão que visa identificar e intervir preventivamente nas demandas sociais e sociofamiliares dos militares, assegurando a estabilidade emocional necessária para o cumprimento do dever constitucional e das missões subsidiárias (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016; MARQUES, 2007).

No âmbito do suporte psicossocial militar, a atuação do assistente social e das equipes interdisciplinares desdobra-se em três etapas do ciclo operacional:

- **Fase Pré-Deslocamento (Preparo):** mapeamento preventivo do perfil sociofamiliar, avaliação de fatores de vulnerabilidade e

realização de psicodiagnósticos direcionados pela Diretriz para o Preparo do Comando de Operações Terrestres (COTER) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a).

- **Fase Intramissão (Acompanhamento In Loco):** aplicação contínua de Pesquisas de Clima Organizacional, escutas qualificadas, acompanhamento das condições de habitabilidade e mediação de conflitos sociofamiliares à distância (FAN, 2018; TEIXEIRA, 2004).
- **Fase Pós-Deslocamento (Desmobilização):** avaliação de desdobramentos psicoemocionais resultantes do estresse de missão, garantindo a reintegração saudável do militar à sua Organização Militar de origem e ao seu núcleo familiar (MONTAÑEZ et al., 2007; TEIXEIRA, 2004).

2.3. Metodologias Ativas e Passivas no Suporte Socioassistencial e Inovação Doutrinária

A eficácia do suporte socioassistencial ao efetivo empregado em operações de paz e ajuda humanitária decorre do equilíbrio pedagógico e operacional entre metodologias passivas e metodologias ativas de capacitação e acompanhamento (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; MONTAÑEZ et al., 2007).

As **metodologias passivas** fundamentam-se na transmissão unidirecional do conhecimento doutrinário, regulamentar e institucional (MONTAÑEZ et al., 2007). No âmbito das Forças Armadas e do SUAS, traduzem-se em palestras de conscientização, leitura de diretrizes de mobilização (como as normativas do COTER e as portarias do SASEx), instruções técnicas formais sobre direitos socioassistenciais e repasse de orientações preventivas sobre o

estresse operacional (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a, 2023b; MDS, 2026). Embora vitais para a uniformização de condutas e para o enquadramento legal da missão, as abordagens passivas apresentam limitações no que tange ao desenvolvimento de competências socioemocionais e à adaptação comportamental em cenários imprevisíveis (MONTAÑEZ et al., 2007; TEIXEIRA, 2004).

Por sua vez, as **metodologias ativas** caracterizam-se por posicionar o militar como agente central do processo pedagógico e avaliativo, promovendo a reflexão crítica, a resolução colaborativa de problemas e a simulação de situações complexas de campo (MONTAÑEZ et al., 2007; TEIXEIRA, 2004). Na Operação Acolhida, a inovação socioassistencial consolida-se com a incorporação de ferramentas ativas, tais como:

- Dinâmicas de simulação baseadas em estudos de caso realísticos durante o período de preparação no COTER (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a);
- Rodas de conversa e grupos focais reflexivos conduzidos no próprio teatro de operações para processamento de vivências traumáticas ou desgastantes (FAN, 2018; MONTAÑEZ et al., 2007);
- - Aplicações dinâmicas de pesquisas de clima organizacional com devolutivas em tempo real para as linhas de comando, permitindo readequações imediatas na rotina de serviço (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; FAN, 2018).

A grande inovação doutrinária demonstrada no contexto da Força-Tarefa Logística Humanitária reside na integração da Equipe de Verificação e Orientações Específicas (EVOE) e na inclusão de

assistentes sociais militares e psicólogos no Quadro de Cargos Previstos (QCP) do próprio contingente desdobrado na área de operações (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; FAN, 2018). A inclusão orgânica desses profissionais no teatro de operações rompe com os parâmetros tradicionais do suporte à saúde e à assistência social militar, que historicamente atuavam de forma reativa e centralizada nas sedes de Regiões Militares (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016, 2023b).

2.4. O Gerenciamento de Crises Humanitárias e a Doutrina do SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possui em sua doutrina protocolar o estabelecimento dos atendimentos em emergências e calamidade pública que não se alinham as práticas assistencialistas ou voluntariadas. É uma das políticas públicas civis que institui o direito socioassistencial e o dever formal do Estado (CAMPOS, 2013; MDS, 2026). Essa política pública está alinhada as normativas vigentes, da Portaria MDS nº 1.172/2026, da Resolução CNAS nº 223/2026 e da Resolução CIT nº 31/2025 que normatizam os fluxos operacionais e o cofinanciamento emergencial automático por meio do Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC) (CNAS, 2026; MDS, 2026). O SUAS possui uma estrutura de gestão do risco socioassistencial que opera sob quatro fases cruciais:

1. a. **Prevenção e Mitigação:** mapeamento prévio de vulnerabilidades territoriais e fatores de risco (MDS, 2026).
2. b. **Preparação:** capacitação técnica de equipes e formalização de termos de aceite (MDS, 2026).
3. c. **Resposta:** provisão imediata de alojamentos provisórios qualificados e insumos essenciais de ajuda humanitária (MDS,

2026).

4. d. **Recuperação:** fortalecimento de vínculos comunitários e articulação com a rede socioassistencial (MDS, 2026).

2.5. Contextualização da Intervenção Militar na FT Log Hum e as Singularidades das Forças Armadas

As Forças Armadas de uma nação exercem a segurança e a defesa nacional. No Brasil são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, instituições nacionais permanentes e regulares, sob a autoridade do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1999).

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, realizam ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional, o bem-estar social e o apoio à políticas públicas – colaborando em projetos de infraestrutura, a exemplo da construção de estradas e pontes em regiões de difícil acesso; participando da vida da população em campanhas de saúde pública/ações cívicas sociais; e no suporte logístico operacional em casos de calamidade, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente as contingências, no socorro a vítimas de desastres naturais.

De acordo com a Lei nº 6880/1980 que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, Art. 3º: “Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares”. A carreira militar apresenta especificidades, diferenciando-se das carreiras civis, no que concerne a princípios e valores; à adaptação à vida militar, à

estrutura hierarquizada e às práticas disciplinares. São manifestações essenciais do valor militar, Art. 27:

“I- o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida; II- o civismo e o culto das tradições históricas; III- a fé na missão elevada das Forças Armadas; IV- o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve; V- o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e VI- o aprimoramento técnico-profissional (BRASIL, 1980).”

Geograficamente, a Região Amazônica, situa-se ao longo da linha do Equador, no Hemisfério Sul. Possui uma superfície estimada em 7,5 milhões de km², representando 44% do território sul-americano e abrange 9 (nove) países: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Já a Amazônia Brasileira corresponde a 60% do território nacional e abrange toda a Região Norte e parte do estado do Maranhão no Nordeste (NASCIMENTO, 2010).

Afirma Campos (2013, p. 210) que “o território Amazônico é [de] uma heterogeneidade paradoxal”. É considerado díspar quanto à dimensão social, à diversidade étnica e cultural, e aos extensos territórios (as complexas vias de acesso comprometem o tempo de ação e elevam os custos de deslocamento).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), representativo das variáveis renda, escolaridade e expectativa de vida, desta Região é abaixo da média nacional. (CAMPOS, 2013, p. 212).

[...] um grande número de cidades com população inferior a vinte mil habitantes. A maioria dessas pequenas cidades é constituída de aglomerados urbanos em profunda escassez de bens e serviços, principalmente de serviços públicos. (CAMPOS, 2013, p. 209).

A presença militar nesta Região vem desde o início do século XVII, quando os portugueses passaram a desbravá-la. O Comando Militar da Amazônia (CMA) remonta ao ano de 1956, com o Grupamento de Elementos de Fronteira; além do componente militar, realiza-se um papel social, prestando ajuda às populações indígenas ribeirinhas.

O trabalho militar nesta Região é considerado de natureza especial, havendo uma gratificação de 20%- parcela remuneratória mensal devida ao militar, quando servindo em regiões inóspitas (Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001).

Até poucas décadas atrás, o militar destacado para servir numa unidade da Amazônia não era recrutado entre voluntários. Em geral, a transferência era encarada como punição. Atualmente a situação é diversa. Os militares [...] recebem incentivos materiais e simbólicos para cumprirem suas missões na Amazônia (MARQUES, 2007, p. 84).

Como já mencionada na parte introdutória, a Operação Acolhida teve início em decorrência do fluxo migratório, desordenado e imprevisível, de pessoas oriundas da crise na República Bolivariana da Venezuela, o qual ocasionou uma situação de calamidade ao estado de Roraima. O reconhecimento dessa conjuntura se deu com o Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018 e posteriormente com a Lei 13.684, de 21 de junho de 2018, determinando-se assistência emergencial a pessoas em vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Sob coordenação do Governo Federal, é executada em sinergia com o componente militar, denominado Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), com Órgãos Governamentais; Não Governamentais (ONG) e Organismos Internacionais (OI)⁴.

A Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas – altera a Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999 – descrevendo em seu Artigo 9º:

[...] § 2º - O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos: I- cenário estratégico para o século XXI; II- política nacional de defesa; III- estratégia nacional de defesa; IV- modernização das Forças Armadas; V- racionalização e adaptação das estruturas de defesa; VI- suporte econômico da defesa nacional; VII- as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; e VIII- operações de paz e ajuda humanitária (BRASIL, 2010).

Portanto, a participação das Forças Armadas em operações de ajuda humanitária perpassa pela decisão do Governo Federal em atender às solicitações de organismos internacionais de que o Brasil seja partícipe (SILVA, 2024). Sobre a Operação Acolhida e o incremento das Forças Armadas em sua constituição, afirma OLIVEIRA (2018):

Pode ser vista simultaneamente como uma operação humanitária, conjunta, interagências e interministerial. Ela é humanitária porque tem por objetivo principal acolher migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. [...] é conjunta porque envolve efetivos militares do Exército, da Marinha e da Força Aérea. E é interagências, pois ocorre uma clara interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente (OLIVEIRA, 2018, p. 6).

Em um primeiro momento é realizado o abrigamento no estado de Roraima (em Paracaima, na fronteira com a Venezuela; e a capital Boa Vista), e a partir daí, busca-se interiorizar os venezuelanos para outros estados do Brasil, por meio da obtenção de vagas de empregos sinalizadas⁵; ou pela Reunificação Familiar e Social⁶. Em junho de 2024 estimava-se que os locais de acolhimento concentravam cerca de 9 mil migrantes (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2024).

Sobre essa atuação, afirma Moraes e Simões (2014):

“A Operação Acolhida apresenta consideráveis desafios, principalmente relacionados ao alto fluxo migratório venezuelano e à necessidade de adaptação das estruturas locais para acolher essa população vulnerável. No entanto, a atuação das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, foi importante para mitigar as vulnerabilidades enfrentadas pelos migrantes e refugiados. Com uma abordagem interagências, as Forças Armadas têm auxiliado na garantia da segurança humana ao oferecer serviços essenciais, como abrigo, alimentação, atendimento médico e apoio na interiorização. Essas ações não apenas supriram lacunas estruturais do Estado, mas também promoveram a dignidade e a proteção dos venezuelanos, evidenciando a importância do papel militar em missões humanitárias de grande escala” (Moraes e Simões, 2024, p. 437).

2.6. Análise Comparativa de Modelos Operacionais em Respostas Humanitárias

A condução de operações humanitárias complexas explicita diferenças estruturais, operacionais e metodológicas entre a atuação conduzida por Forças Armadas e aquela executada exclusivamente por órgãos civis governamentais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organismos Internacionais (OIs) (MORAES; SIMÕES, 2024; OLIVEIRA, 2018; SILVA, 2024).

Enquanto os atores civis fundamentam sua atuação no arcabouço socioassistencial público tradicional e nos padrões de proteção internacional, a intervenção militar agrega atributos de prontidão estratégica, comando e controle centralizado e autossuficiência logística (BRASIL, 2018; OLIVEIRA, 2018; SIMÕES; VAZ, 2023). O Quadro 1 sintetiza o paralelo comparativo entre as duas abordagens doutrinárias de assistência socioassistencial e logística.

Quadro 1. Paralelo Comparativo dos Modelos Operacionais de Assistência Humanitária: Atores Militares versus Atores Civis/ONGs/OIs

Dimensão Analítica	Operações Conduzidas por Militares (ex: FT Log Hum / Exército Brasileiro)	Operações Conduzidas por Civis / ONGs / Organismos Internacionais (ex: SUAS / ACNUR)
Doutrina e Marco Normativo Principal	Legislação de Defesa, LC nº 97/99, Lei nº 13.684/2018 e Instruções do SASEx (Portaria C Ex nº 1.971/2023)	Doutrina do SUAS, PNO-NOB/SUAS, Portaria MDS nº 1.172/2026 e convenções internacionais de direitos humanos.
Arquitetura Operacional e Logística	Estrutura de Comando e Controle (C2), elevada capacidade de mobilização rápida, engenharia,	Atuação descentralizada, dependência de cofinanciamento público (PVAC) ou captação de

	transporte e infraestrutura pesada autônoma.	recursos privados/doações.
Abordagem Socioassistencial ao Agente	Ativa e Orgânica: Acompanhamento psicossocial embedded (EVOE/QCP) do preparo à desmobilização do militar.	Institucional/Reativa: Redes públicas de atendimento à saúde e assistência técnica descentralizada para os trabalhadores do SUAS.
Metodologias de Preparação de Pessoal	Mista (Passiva via instruções rígidas e Ativa via simulações e pesquisas de clima operacionais no COTER).	Centrada em capacitações técnicas formais (Metodologias Passivas/Seminários) e formação contínua em Direitos Humanos.
Flexibilidade e Adaptação em Campo	Rigidez hierárquica atenuada pela ação interagências; priorização da manutenção do poder combatente e da ordem pública.	Elevada flexibilidade comunitária e foco direto na garantia de direitos individuais e proteção social de vulneráveis.
Sustentabilidade de e Longo Prazo	Emprego por contingenciamento (turnover periódico de tropas a cada 6 meses).	Permanência contínua no território e articulação de longo prazo com as redes locais de serviços públicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2018, 2025), Exército Brasileiro (2023a, 2023b), MDS (2026), Moraes e Simões (2024) e Silva (2024).

A análise do Quadro 1 evidencia que a integração e a sinergia entre o rigor operacional militar e a expertise socioassistencial das entidades civis configuram o modelo ideal para a gestão de crises humanitárias de grande porte (SIMÕES; VAZ, 2023). A principal contribuição inovadora do modelo adotado na Operação Acolhida consiste em

importar preceitos da proteção socioassistencial do SUAS para a gestão do público interno das Forças Armadas, transformando o SASEx em um vetor de manutenção da prontidão e redução do desgaste humano em operações de paz e apoio à sociedade (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b; FAN, 2018).

3. METODOLOGIA

3.1. Design da Pesquisa e Abordagem Epistemológica

Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico-reflexivo. A pesquisa estrutura-se como um estudo analítico epistemológico baseado em um relato de experiência profissional imersiva, sistemas de proteção social e da inovação em serviços públicos, investigando a atuação da Assistência Social Militar como vetor de suporte psicossocial durante o emprego da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) – Operação Acolhida.

O estudo estrutura-se a partir de uma amostragem analítica baseada na observação participante e na experiência imersiva da pesquisadora, atuante como oficial assistente social do Exército Brasileiro no 8º Contingente (2020) e em contingentes subsequentes desdobrados na fronteira norte do Brasil. A opção por essa perspectiva metodológica justifica-se pela necessidade de apreender, em profundidade, as dinâmicas relacionais, os estressores operacionais e a efetividade dos fluxos socioassistenciais implementados no próprio teatro de operações.

3.2. Estratégia de Coleta de Evidências e Triangulação de Dados

Para assegurar a validade interna, a replicabilidade analítica e neutralizar potenciais vieses anedóticos decorrentes do relato de experiência, o desenho metodológico orientou-se pelo princípio da **triangulação de dados** (MINAYO, 2014). Essa estratégia consistiu na combinação e no cruzamento sistemático de três fontes primárias e secundárias de evidências, combinando:

- **Pesquisa Documental e Normativa:** mapeamento e análise crítica do arcabouço normativo militar — incluindo a Portaria – C Ex nº 1.971/2023 (Instruções Gerais do SASEx), a Portaria nº 114-DGP/2016 e as Diretrizes para o Preparo do Comando de Operações Terrestres (COTER) — em cotejo com a legislação socioassistencial e migratória brasileira (Lei nº 13.684/2018, Portaria MDS nº 1.172/2026 e Resolução CNAS nº 223/2026) (BRASIL, 2018; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a, 2023b; MDS, 2026).
- **Dados Demográficos e Registros Institucionais de Fluxo:** confrontamento de relatórios e painéis estatísticos abertos do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) com os registros operacionais oficiais da Operação Acolhida e do Exército Brasileiro (ACNUR, 2025; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2024; OBMIGRA, 2024).
- **Instrumentos de Campo e Mapeamento Qualitativo do Efetivo:** levantamento de dados primários colhidos durante a missão junto ao 8º Contingente, composto por um efetivo de 603 militares. Foram analisadas as respostas das Pesquisas de Clima Organizacional aplicadas periodicamente, além dos registros de escutas qualificadas e atendimentos

socioassistenciais realizados no âmbito da Equipe de Verificação e Orientações Específicas (EVOE) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a).

3.3. Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados

O material empírico e documental coletado submeteu-se à técnica de **Análise de Conteúdo** (BARDIN, 2011), desdobrada em três fases operacionais consecutivas:

- **Pré-Análise:** Leitura flutuante dos relatórios de campo, diretrizes de mobilização e transcrições sintetizadas das demandas socioassistenciais da tropa, constituindo o *corpus* analítico.
- **Exploração do Material e Codificação:** Categorização das unidades de registro segundo os núcleos de sentido identificados na literatura de proteção social (MDS, 2026) e saúde mental no trabalho (TEIXEIRA, 2004). As demandas foram organizadas em três eixos analíticos de intervenção: *i)* Eixo Individual/Psicoemocional; *ii)* Eixo Sociofamiliar e de Conectividade à Distância; e *iii)* Eixo Organizacional e de Condições de Serviço.
- **Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação:** Aprofundamento reflexivo relacionando as categorias empíricas aos preceitos da Economia da Inovação em Serviços (BARRAS, 1986; BESSANT; TIDD, 2011), às metodologias ativas e passivas socioassistenciais (MONTAÑEZ et al., 2007) e à doutrina comparada de operações humanitárias militares e civis (MORAES; SIMÕES, 2024; SILVA, 2024).

3.4. Considerações Éticas e Validação da Pesquisa

A condução da pesquisa observou integralmente os preceitos éticos relativos ao tratamento de dados e ao resguardo das instituições e dos sujeitos observados. As informações primárias provenientes das Pesquisas de Clima Organizacional e dos atendimentos socioassistenciais foram tratadas de forma agregada e anônima, garantindo a impossibilidade de identificação individual dos militares. O uso dos dados operacionais e documentais limitou-se ao escopo acadêmico-científico, em estrita consonância com as normativas de acesso à informação e proteção de dados pessoais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Categorização Metodológica: Procedimentos Ativos, Passivos e Doutrinas Vigentes - A Assistência Social do Exército Brasileiro em Operação

O Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) é regulado pela Portaria nº 1.971-DGP/C Ex, de 25 de abril de 2023, que aprova as Instruções Gerais; e pela Portaria nº 114-DGP, de 4 de julho de 2016, que aprova as Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército. Esta última preceitua no Artigo 11 que o Serviço de Assistência Social do Exército tem por finalidades:

“I- identificar situações de vulnerabilidades sociais que estejam interferindo, direta ou indiretamente no desempenho profissional e na convivência familiar e comunitária do público-alvo; II- apoiar o público-alvo a lidar com as situações de vulnerabilidades decorrentes das relações que estabelece com a realidade em que se insere nos seus diversos âmbitos; III- subsidiar decisões de Comando, quando se tratar de questões relacionadas aos programas, aos projetos e as atividades de assistência social do Exército.”

Afirma a Portaria nº 1.971-DGP/C Ex, Art. 27, que: “A adoção e execução das atividades no âmbito do SASEx visam proporcionar a melhoria na qualidade de vida e prevenir possíveis vulnerabilidades psicossociais da Família Militar”. Entre as atividades socioassistenciais a serem desenvolvidas, encontra-se o Programa de Atendimento Social à Família dos Militares e Servidores Civis Participantes de Missões Especiais (PASFME), regulado pela Portaria nº 238-DGP, de 9 de novembro de 2016.

Este Programa visa prevenir e/ou minimizar o surgimento do agravamento de situações de vulnerabilidades sociais, que possam vir a acometer o núcleo familiar dos participantes de missões especiais. Tal ação contribui para a estabilidade psicossocial dos militares, servidores civis e familiares durante o cumprimento de missões especiais.

A “Missão Especial” é definida como aquela que acarreta o afastamento do militar de sua família e do seu ambiente social por um longo período, para desempenhar atividades em localidades

isoladas ou para participar de operações militares empreendidas no contexto de missão de manutenção ou restabelecimento de paz.

Teixeira (2024 apud Bennett 2000) ressalta a importância de se realizar intervenções psicossociais capazes de ajudar os indivíduos a enfrentar exigências específicas que se lhes deparam, em diversos contextos. Portanto, além do acompanhamento familiar, faz-se necessário uma ingerência psicossocial junto ao militar participante de missão especial: antes (preparo); durante (acompanhamento); e após a missão (controle); a fim de identificar sinais psicoemocionais e situações que necessitem de uma intervenção social e/ou psicológica, visando a manutenção do equilíbrio emocional.

A operacionalização do suporte socioassistencial na Operação Acolhida exigiu a estruturação de um portfólio de ações pedagógicas e interventivas, subdivididas entre metodologias passivas e metodologias ativas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; MONTAÑEZ et al., 2007).

As **metodologias e procedimentos de ação passivos** corresponderam às atividades instrutivas unidirecionais voltadas ao enquadramento normativo e à padronização de condutas (MONTAÑEZ et al., 2007). Incluíram palestras expositivas durante a fase de aprontamento na Organização Militar de origem, distribuição de cartilhas informativas sobre direitos e deveres socioassistenciais, leitura de ordens de serviço e repasse formal das diretrizes da Lei nº 13.684/2018 e do regimento interno dos abrigos (BRASIL, 2018; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a). Embora essenciais para garantir o alinhamento jurídico e institucional, a literatura demonstra que procedimentos passivos possuem capacidade limitada de modificar comportamentos sob estresse extremo ou de

absorver as singularidades emocionais da tropa (MONTAÑEZ et al., 2007; TEIXEIRA, 2004).

Por outro lado, o diferencial da metodologia inovadora implementada residiu na predominância de **metodologias e procedimentos de ação ativos**, caracterizados pelo engajamento participativo e dinâmico dos sujeitos (MONTAÑEZ et al., 2007). Dentre os procedimentos ativos, destacam-se:

- **Acompanhamento Psicossocial *In Situ* via EVOE:** a atuação da Equipe de Verificação e Orientações Específicas (EVOE) e a presença orgânica do assistente social no Quadro de Cargos Previstos (QCP) do contingente desdobrado na área de operações (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a; FAN, 2018).
- **Pesquisas Dinâmicas de Clima Organizacional:** aplicação contínua de questionários qualitativos com diagnósticos em tempo real encaminhados ao Comando da Força-Tarefa, viabilizando ajustes imediatos nas escalas de serviço, alimentação, higiene e lazer da tropa (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a).
- **Grupos Focais e Rodas de Conversa Reflexivas:** espaços de escuta qualificada e descompressão emocional promovidos periodicamente para o processamento de situações de vulnerabilidade testemunhadas durante o acolhimento de migrantes e refugiados (FAN, 2018; MONTAÑEZ et al., 2007).
- **Atendimento Sociofamiliar Remoto Conectado:** articulação em tempo real entre a equipe do SASEx no campo de operações e as assistentes sociais das Regiões Militares de origem do militar, solucionando demandas de saúde e

assistência de seus dependentes à distância (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016, 2023b).

Essa engrenagem metodológica articulou-se com as doutrinas e parâmetros de assistência social vigentes no Brasil e no cenário internacional. No âmbito nacional, incorporou-se a matriz de proteção contra riscos do SUAS e o financiamento via Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC) para ações emergenciais (CNAS, 2026; MDS, 2026). No plano internacional, alinharam-se as diretrizes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e do ACNUR no tocante ao Apoio Mental e Psicossocial (MHPSS - *Mental Health and Psychosocial Support*) em emergências humanitárias, adaptando esses padrões internacionais para a sustentação da força militar atuante (ACNUR, 2025; MORAES; SIMÕES, 2024; SIMÕES; VAZ, 2023).

4.2. A Inovação em Serviços Públicos e Socioassistenciais no Âmbito das Operações Humanitárias

A análise da atuação da Assistência Social Militar no contexto da Operação Acolhida fundamenta-se nos preceitos da Economia da Inovação aplicados ao Setor Público e na Teoria da Inovação em Serviços (BARRAS, 1986; BESSANT; TIDD, 2011). Tradicionalmente, as abordagens de inovação voltavam-se à dinâmica fabril e à introdução de artefatos tecnológicos tangíveis (BESSANT; TIDD, 2011). Contudo, no campo das políticas públicas e da proteção socioassistencial, a inovação assume caráter incremental, organizacional e de processos, caracterizando-se pela reconfiguração de fluxos operacionais, criação de novas arquiteturas relacionais e pela oferta de arranjos metodológicos inéditos em ambientes de alta incerteza e estresse (BARRAS, 1986; CAMPOS, 2013; MDS, 2026).

No cenário das missões de ajuda humanitária, a inovação em serviço social manifesta-se no rompimento com práticas assistencialistas meramente reativas ou pontuais (CAMPOS, 2013; MONTAÑEZ et al., 2007). A reorganização do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) durante o desdobramento da FT Log Hum exemplifica uma inovação institucional baseada na oferta de suporte psicossocial contínuo ao público interno (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b; FAN, 2018). Essa abordagem importa a lógica de prevenção socioassistencial prevista na doutrina do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) — balizada pelas quatro fases de gestão de risco socioassistencial (prevenção/mitigação, preparação, resposta e recuperação) normatizadas pela Portaria MDS nº 1.172/2026 e pela Resolução CNAS nº 223/2026 — para o gerenciamento da saúde mental e do bem-estar do efetivo militar (CNAS, 2026; MDS, 2026).

Ao analisar a intervenção realizada junto ao 8º Contingente (composto por um efetivo de 603 militares) e desdobramentos posteriores, verifica-se que a adição de valor socioassistencial ocorreu mediante a simbiose entre as diretrizes de mobilização do Comando de Operações Terrestres (COTER) e as Instruções Gerais do SASEx (Portaria – C Ex nº 1.971/2023) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a, 2023b). Essa integração permitiu mapear precocemente estressores ambientais e sociofamiliares, transformando a assistência social de um serviço secundário em uma ferramenta estratégica de manutenção da prontidão e do poder combatente (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b; TEIXEIRA, 2004).

4.3. O 8º Contingente da FT LOG HUM - Uma crise sanitária em uma crise humanitária

De março a agosto de 2020, ocorreu o 8º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária – FT Log Hum, da Operação Acolhida, composto por 603 (seiscentos e três) militares das três Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica, sobretudo do Exército Brasileiro. Nesta missão, compus, enquanto assistente social, a equipe interdisciplinar (com a psicóloga e com o capelão – todos do Exército), destinada a prestar o acompanhamento social, psicológico e religioso da FT Log Hum.

Destaca-se que a intervenção do Serviço Social e da Psicologia foi consolidada no Quadro de Cargos Previstos (QCP), a partir de um diagnóstico social solicitado pelo Comando da FT Log Hum, em março de 2018; diagnóstico que apontou a necessidade de atendimento social e psicológico aos militares empregados na missão; na época, principalmente aqueles que trabalhavam nos abrigos (FAN, 2018).

Nesse sentido, as Diretrizes de Preparo dos Contingentes para a Operação, elaboradas pelo Comando de Operações Terrestres – COTER, buscam abranger desde a seleção dos militares, aspectos psicossociais a serem avaliados. Como pode ser verificado na Diretriz de Preparo do 17º Contingente para a Operação Acolhida:

“Considerando-se as características da missão (humanitária, logística, interagências e conjunta), o ambiente operacional, o tempo de permanência em atividade, entre outros aspectos, é desejável que os militares sejam voluntários e selecionados no âmbito das OM [...]. Entretanto, o interesse do serviço deve prevalecer e não está descartada a hipótese de militares não-voluntários serem selecionados para integrarem a FT Log Hum, observando-se o constante no QCP” (Exército Brasileiro, 2023, p. 3).

“Aspectos psicossociais também devem ser considerados na seleção do pessoal que comporá a FT Log Hum. Nesse sentido, é fundamental adotar procedimentos que permitam selecionar militares que estejam em plenas condições de se dedicarem integralmente à missão, sem a necessidade, por exemplo, de se afastarem da operação para atender às demandas particulares previsíveis” (Exército Brasileiro, 2023, p. 4).

A intervenção psicossocial tem início ao integrar um conjunto de instruções que compõe o período de preparação dos militares para as tarefas inerentes à crise humanitária, por meio de uma avaliação sobre aspectos sociais e psicológicos, com o intuito de construir um psicodiagnóstico de cada militar. Segundo a referida Diretriz:

“Conforme a disponibilidade de meios (pessoal e material) sugere-se que [...] conduzam atividades de acompanhamento do 17º Contingente da FT Log Hum, com os seguintes objetivos: a) levantar dados e apresentar subsídios que possam assessorar o processo de seleção de militares, segundo o perfil de emprego da tropa em missão humanitária, levando-se em consideração os aspectos psicológicos; b) detectar e antecipar soluções para eventuais questões individuais e de relacionamento pessoal, familiar e profissional que possam vir a ocorrer durante a missão, acarretando o retorno prematuro do militar. Sugere-se que, quando possível, haja a realização de uma avaliação social (com o preenchimento de ficha cadastral durante a entrevista), conduzida pelas Seções de Assistência Social das respectivas Regiões Militares.” (Exército Brasileiro, 2023, p. 5).

Esta atividade tem como objetivo prevenir possíveis impactos causados aos militares – homens e mulheres, voluntários ou não-voluntários para a missão; que vivenciariam por 5 (cinco) meses uma experiência díspar, distantes da família, no extremo norte do país, sob condições específicas de alojamento/alimentação/rotina diária/carga horária de trabalho; e muito contribuiu para produzir, orientar, monitorar e encaminhar ações e intervenções sobre a pessoa avaliada no campo de operação.

O termo psicossocial, assim como aponta Montañez (et al, 2007), em uma revisão documental sobre suas origens e referências, diz respeito à integração dos aspectos individuais e coletivos no bojo de uma análise psicológica, que sirva aos processos de prevenção,

atenção ou intervenção. Enfatiza, portanto, uma relação de interdependência entre os aspectos psicológicos e os aspectos sociais.

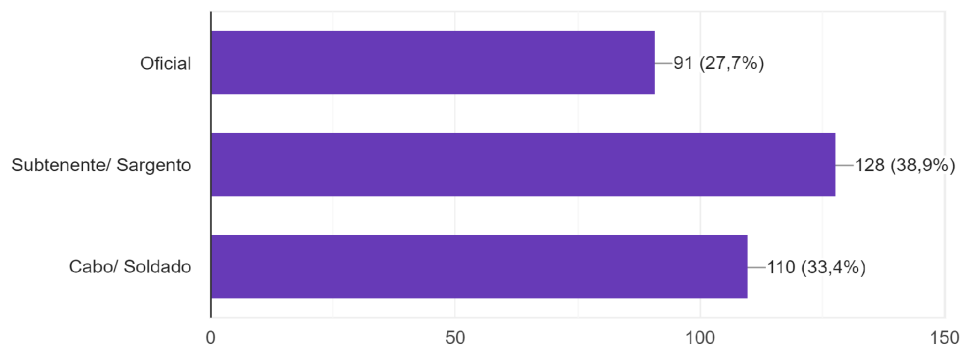
Destaca-se, como fator presente no 8º Contingente, o início da emergência da pandemia do COVID-19, em março de 2020, período de desembarque dos militares no território para início de suas atividades. Tal situação de calamidade provocou um aumento de ansiedade em relação ao risco de contaminação dos militares concentrados, além de maior preocupação com seus familiares distantes, fazendo com que a assistência social intensificasse suas ações junto às famílias, visando, especialmente: contribuir para a estabilidade psicossocial dos militares e familiares durante o cumprimento da missão; e assistir à família do militar, promovendo a mobilização na busca de soluções adequadas em caso de situações adversas; objetivos previstos no PASFME.

Os resultados foram apresentados ao Chefe do Estado-Maior da FT Log Hum e discutidas as oportunidades de melhoria, onde a coleta de dados utilizou 329 (trezentos e vinte e nove) militares voluntários participantes, garantindo-se o anonimato, distribuídos em postos e graduações, conforme o gráfico que se segue.

Gráfico 1. Perfil dos pesquisados

1. Você é: * (Marcar apenas uma opção)

329 respostas



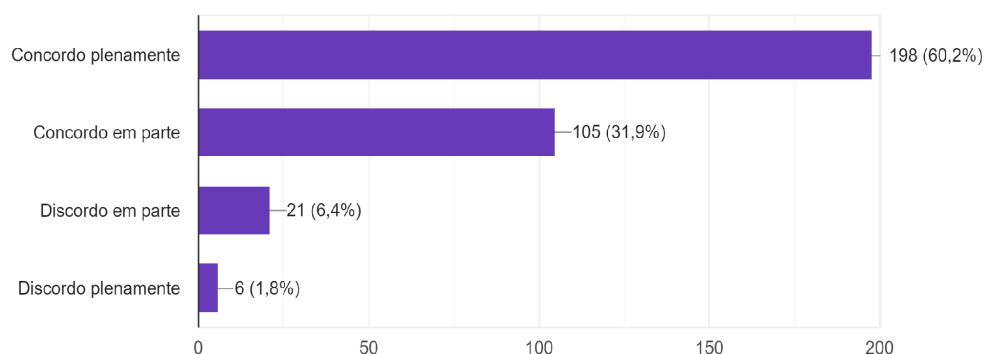
Fonte: Pesquisa de Clima Organizacional. Julho de 2020.

Quanto à satisfação pessoal e profissional em participar da missão, a expressiva maioria, 92,1%, registraram satisfação. Falas que confirmam: *“Novos amigos, nova língua, nova cidade, missão nova na carreira com pessoas de outras forças, e tem mais, servir o meu país é uma honra em qualquer momento”* (Anônimo 1). *“É uma missão humanitária onde estamos ajudando o próximo. Missão diferente de todas as que participei, colhe-se ensinamentos”* (Anônimo 2). Tal resultado se coaduna com os valores militares, como vontade inabalável de cumprir o dever, a fé na missão elevada das Forças Armadas, o espírito de corpo, o amor, o orgulho e o entusiasmo pela profissão (Brasil, 1980).

Gráfico 2. Satisfação pessoal e profissional em participar da missão

3. Estou satisfeito(a) com a minha missão na Acolhida? (Marcar apenas uma opção)

329 respostas



Fonte: Pesquisa de Clima Organizacional. Julho de 2020.

Apenas 1,8% dos pesquisados plenamente insatisfeitos. Ressaltam-se a expectativa frustrada em não poder conhecer a Venezuela: *“O fato da fronteira estar fechada limita a experiência”* (Anônimo 3); e a falta de flexibilidade em realizar novas atividades, diferentes das que desempenhava em sua Organização Militar de origem: *“Estou fazendo missões que não são da minha área”* (Anônimo 4).

As principais atividades realizadas pela equipe interdisciplinar, no 8º Contingente da FT Log Hum, foram (incluindo as regulamentares, a serem feitas em cada contingente; e também as ações e os instrumentais adotados para alcance dessa nova realidade):

- Atendimento aos militares nas Bases de Boa Vista e Pacaraima (em Roraima) e na Base de Manaus (Amazonas). Nos abrigos o enfoque era a prevenção de níveis maiores de ansiedade e estresse junto aos militares em função de coordenação, pois estão na linha de frente gerenciando problemáticas e conflitos.

- Aplicação de Questionário Psicossocial: além de dados pessoais e familiares, busca identificar sinais psicoemocionais que estivessem sendo percebidos pelo militar.
- Avaliação Inicial: acolhimento e atendimentos aos militares que procuravam espontaneamente ou eram encaminhados pelos chefes de célula. Algumas dificuldades estavam interferindo na adaptação do militar à missão, à função e à cidade (em razão da falta de opções de lazer dadas às exigências de isolamento social, entre outros).
- Suporte psicossocial diante de situações e luto (houve seis falecimentos de familiares) e dificuldades no relacionamento interpessoal e familiar.

- Atendimentos em grupo: atendimentos/dinâmicas grupais com o pelotão da Polícia do Exército, onde se trabalhou assuntos relacionados às especificidades da função e à perda (falecimento) de 2 (dois) militares do pelotão no curso da missão.
- Aplicação de Escala de Ansiedade e Depressão – foi disponibilizado via intranet um questionário que visou aferir o nível de ansiedade e depressão do efetivo.
- Aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional: disponibilizou-se uma pesquisa via on-line, com 29 (vinte e nove) perguntas, cujo objetivo era aferir a percepção dos militares quanto a aspectos relacionados à missão, relações interpessoais, sentimentos e opiniões sobre o ambiente de trabalho.

4.4. A Experiência no 19º Contingente da FT LOG HUM - o Assistente Social

O 19º Contingente da FT Log Hum, no período de julho de 2024 a janeiro de 2025, foi formado, novamente, sobretudo, por militares do Exército Brasileiro. Após quatro anos, da minha primeira experiência, fui designada para a função de Assistente Social da Equipe de Verificação e Orientações Específicas – EVOE.

Entre as atividades realizadas estavam a busca e identificação de migrantes em situação de rua, orientando-os quanto aos benefícios, no contexto da Operação Acolhida: do abrigo (oferta de alimentação, de segurança, de atendimento em saúde, entre outros); e da interiorização/integração por meio de vagas sinalizadas. Realizava a mediação entre demandas e direitos desta população junto aos Organismos Internacionais, Organizações Governamentais

e Não Governamentais. Atuava buscando evitar o risco pessoal e social, especialmente da população mais vulnerável (mulheres desacompanhadas, crianças, idosos, pessoas com deficiência, casais homoafetivos, etc).

Figura 2. Abordagem noturna a migrantes venezuelanos em situação de rua



Fonte: Operação Acolhida –
atuação da assistente social na
abordagem de rua (EVOE). Acervo
próprio, setembro de 2024.

Como ressaltado, no tópico anterior, a intervenção do Serviço Social e da Psicologia se concretizou no Quadro de Cargos Previstos – QCP da Operação Acolhida, em 2018, para atendimento social e psicológico aos militares. Além dessa vaga, o QCP do 19º Contingente da FT Log Hum, continha uma segunda vaga de assistente social – para compor a equipe multiprofissional da EVOE. Contudo, por ter sido a única assistente social do efetivo militar, houve o desafio de realizar as atividades precípuas junto aos migrantes venezuelanos em situação de rua; e ser acionada para o atendimento às demandas socioassistenciais de militares.

É válido destacar algumas considerações: 1- demandas espontâneas de atendimentos por parte dos militares se apresentaram ao longo da missão; 2- a experiência adquirida em 2020 facilitou conseguir minimamente realizar o acompanhamento psicossocial que se fez necessário; 3- o psicólogo que compõe atualmente a FT Log Hum permanece na missão aproximadamente 40 (quarenta) dias. Tal periodicidade faz com que se faça necessário o repasse de cada caso para o psicólogo substituto. 4- Um dos motivos apresentados pelos militares, ao me procurar, na busca de um atendimento ou acompanhamento, era o de acreditar na sempre disponibilidade e no estabelecimento de um vínculo de confiança com alguém que estivesse durante todo tempo da missão (cinco meses). 5- Faz-se necessário, para um melhor suporte psicossocial à tropa, a participação exclusiva de um assistente social nesta função, trabalhando integralmente com o psicólogo e o capelão o apoio social, psicológico e religioso, respectivamente.

4.5. Análise Comparativa do Sucesso da Metodologia Inovadora

A avaliação da efetividade do modelo inovador adotado na Operação Acolhida exige o confronto sistemático entre a resposta socioassistencial e operacional conduzida pelo componente militar e os arranjos tradicionais liderados exclusivamente por órgãos civis, ONGs e Organismos Internacionais (MORAES; SIMÕES, 2024; OLIVEIRA, 2018; SILVA, 2024).

O Quadro 2 apresenta o paralelo comparativo com foco nos indicadores de sucesso, limites metodológicos e capacidade de inovação socioassistencial.

Quadro 2. Comparativo de Sucesso e Efetividade Inovativa: Modelos Operacionais em Missões Humanitárias

Indicadores e Critérios de Sucesso	Operações Conduzidas por Militares (Modelo Inovador SASEx / FT Log Hum)	Operações Conduzidas por Cíveis / ONGs / Organismos Internacionais (Modelo SUAS / ACNUR)
Taxa de Retenção e Prontidão do Agente	Elevada: Redução significativa de baixas psicoemocionais, afastamentos de saúde e evasão por estresse decorrentes do suporte psicossocial contínuo in loco (EVOE/QCP) (FAN, 2018).	Variável/Média: Alta rotatividade (<i>turnover</i>) de trabalhadores e voluntários devido ao esgotamento profissional (<i>burnout</i>) e à ausência de redes orgânicas de suporte interno.
Gargalos e Capacidade de Resposta a Crises	Resposta logística imediata apoiada em Estruturas de Comando e Controle (C2), autossuficiência de transporte, suprimento e segurança (OLIVEIRA, 2018).	Dependência de fluxos orçamentários descentralizados (PVAC) e trâmites de contratação emergencial de pessoal civil (MDS, 2026).
Grau de Incorporação de Metodologias Ativas	Sistemático: uso de pesquisas de clima em tempo real, grupos focais no teatro de operações e simulações prévias no COTER (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a).	Esporádico: Uso predominante de supervisões técnicas periódicas, capacitações passivas e fóruns de pactuação intersetorial.
Integração Família-Trabalhador	Conexão Direta: suporte à distância às famílias dos militares desdobrados, mantido pelas Regiões Militares de origem via SASEx (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b).	Desfragmentada: A proteção social ao trabalhador civil limita-se aos direitos trabalhistas formais, sem acompanhamento

		sociofamiliar institucionalizado.
Inovação em Serviço e Processo	Genuína: introdução do profissional de Serviço Social no QCP da missão de paz/humanitária e articulação interinstitucional direta com o SUAS/ACNUR (FAN, 2018; SILVA, 2024).	Incremental: aprimoramento contínuo de protocolos socioassistenciais de abrigamento e interiorização (Resoluções CNAS/CIT) (CNAS, 2026; MDS, 2026).

Fonte: Elaborado pelos autores. Com base em Brasil (2018), Exército Brasileiro (2023a, 2023b), Fan (2018), MDS (2026), Moraes e Simões (2024) e Silva (2024).

Os dados apresentados no Quadro 2 demonstram que o grande diferencial competitivo e metodológico da intervenção militar na Operação Acolhida reside no tratamento dado ao "fator humano" da tropa. A aplicação de metodologias ativas socioassistenciais preveniu o colapso psicoemocional do efetivo, assegurando a sustentabilidade da missão humanitária por longos períodos sem comprometer o poder combatente da Força Terrestre (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b; FAN, 2018; OLIVEIRA, 2018).

4.6. Relevância e Oportunidades de Melhoria Frente à Doutrina Contemporânea

A relevância do modelo inovador de assistência social militar desenvolvido na Operação Acolhida transcende o âmbito do atendimento à crise migratória venezuelana, constituindo um paradigma replicável para futuras Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), missões de paz sob a égide da ONU e respostas a desastres socioambientais de grande proporção no território

nacional (BRASIL, 1999, 2018; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b). A inclusão do assistente social e do psicólogo na linha de frente operacional consagrou o entendimento de que a dimensão psicossocial é indissociável da eficiência tática e logística (FAN, 2018; TEIXEIRA, 2004).

Não obstante o sucesso observado, a análise crítica fundamentada nos padrões de revistas de alto impacto permite identificar lacunas e **oportunidades de melhoria** frente à doutrina militar contemporânea e às políticas de proteção social:

- **Institucionalização Doutrinária Definitiva em Manual de Campanha:** embora a prática socioassistencial na Operação Acolhida tenha sido vitoriosa, sua execução ainda depende de Diretrizes de Preparo temporárias do COTER (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023a). Recomenda-se a formalização da Assistência Social Militar em Operações Humanitárias em um **Manual de Campanha específico do Exército Brasileiro**, normatizando o fluxo de atendimento psicossocial em cenários de emergência.
- **Integração Tecnológica e Preditiva de Dados:** adoção de plataformas digitais integradas para o monitoramento contínuo do clima organizacional e da saúde mental da tropa, permitindo a análise preditiva de riscos psicossociais por meio de algoritmos de dados, superando o uso de formulários manuais ou isolados (BESSANT; TIDD, 2011).
- **Capacitação Continuada em Metodologias Ativas de Proteção Social:** fortalecimento dos programas de instrução pré-deslocamento nas Organizações Militares, substituindo

palestras passivas por simulações de dilemas éticos e psicossociais complexos vivenciados no atendimento de populações refugiadas (MONTAÑEZ et al., 2007).

- **Aprimoramento da Desmobilização e Acompanhamento Longitudinal:** ampliação do período de acompanhamento socioassistencial pós-missão de 30 para 90 dias, monitorando o surgimento tardio do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e oferecendo suporte prolongado aos núcleos familiares (MONTAÑEZ et al., 2007; TEIXEIRA, 2004).

Ao incorporar essas oportunidades de melhoria, a doutrina militar brasileira não apenas consolida sua liderança em operações humanitárias complexas, mas também estabelece um referencial metodológico inovador para a integração entre a defesa nacional, a saúde mental militar e as políticas públicas de proteção socioassistencial (BRASIL, 2018; EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023b; MDS, 2026).

Uma discussão sem estrutura coerente desagrada, daí a conveniência de organizar os temas em tópicos. Cada um dos tópicos informa sobre uma faceta da discussão e seu conjunto fornece os subsídios para se julgar a adequação dos argumentos, da conclusão e de todo o texto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a atuação da Assistência Social Militar no âmbito da Operação Acolhida sob a ótica da Economia da Inovação e da Teoria da Inovação em Serviços Socioassistenciais. A investigação demonstrou que a reconfiguração dos fluxos do Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx) e a inserção

orgânica do assistente social na linha de frente operacional representam uma inovação institucional e de processos de caráter disruptivo. Esse movimento superou o paradigma assistencialista tradicional e reativo, consolidando uma engenharia socioassistencial preventiva, contínua e focada na sustentabilidade da força e no bem-estar do efetivo militar.

A introdução dessa nova ferramenta metodológica provou ser um elemento determinante para o sucesso das operações conduzidas por militares em cenários de crise humanitária complexa. Os resultados permitem ter uma dimensão da intervenção realizada nas diferentes problemáticas, se fazendo presente diante de situações como ansiedade, humor deprimido, estresse, dificuldades de adaptação, problemas de relacionamento interpessoal, distanciamento da família, conflitos pessoais e familiares, desafios culturais frente ao trabalho com os venezuelanos imigrantes e enfrentamento do luto.

Ao articular o suporte psicossocial *in situ* com o acompanhamento familiar à distância pelas Regiões Militares de origem, a metodologia reduziu os índices de estresse ocupacional, controlou o colapso psicoemocional da tropa e manteve a prontidão do poder combatente. Esse resultado contrasta favoravelmente com modelos operacionais conduzidos exclusivamente por entidades civis ou ONGs, cujos índices de *turnover* e esgotamento profissional (*burnout*) tendem a comprometer a continuidade das ações socioassistenciais.

No cenário global, a evolução da doutrina de Apoio Mental e Psicossocial (MHPSS) promovida pelo ACNUR e pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) aponta para a relevância de

padronizar o modelo socioassistencial militar brasileiro como uma boa prática a ser exportada para Operações de Paz das Nações Unidas e missões transfronteiriças de resposta a desastres socioambientais. Recomenda-se, por fim, a formalização definitiva dessas práticas em um Manual de Campanha específico do Exército Brasileiro, bem como a ampliação do acompanhamento psicossocial pós-missão para até 90 dias, assegurando a mitigação de efeitos tardios como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

A presente pesquisa, portanto, colabora para a divulgação de ações de prevenção do sofrimento psicoemocional e de apoio social e psicológico aos militares e suas famílias; compreendendo a assistência social como um importante suporte para a manutenção do poder combatente e para a operacionalidade das Forças Armadas.

Em suma, conforme evidenciado nos resultados deste estudo, revela-se não somente salutar, mas imprescindível o trabalho de profissionais como o assistente social e o psicólogo diante das demandas psicossociais verificadas ao longo da operação militar.

Por fim, a metodologia inovadora gestada na Operação Acolhida não apenas reafirma a capacidade de adaptação e a eficiência da Força Terrestre em missões não de guerra, mas estabelece um novo paradigma teórico-prático de proteção social ao trabalhador em contextos de alto estresse, unindo a doutrina de defesa nacional aos princípios fundamentais dos direitos humanos e da assistência social contemporânea. Sendo, portanto, necessária a continuidade da atenção psicossocial, e mais precisamente, da intervenção de forma interdisciplinar, junto aos próximos contingentes de militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Relatório Anual de Tendências Globais do ACNUR**. Genebra; Panamá; Brasília: ACNUR, 2025. Disponível em: www.acnur.org. Acesso em: 19 jun. 2025.

ACNUR. **Emergências: Venezuela**. Brasília: ACNUR, 2025. Disponível em: www.acnur.org. Acesso em: 19 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRAS, Richard. Towards a theory of innovation in services. **Research Policy**, v. 15, n. 4, p. 161-173, 1986.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BRASIL. **Lei nº 6.880 de 09 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 dez. 1980.

_____. **Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º set. 2001.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.** Altera a Lei Complementar nº 97, de 1999. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

_____. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 22 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018.** Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 fev. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida.** Brasília: Casa Civil, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 19 jun. 2025.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 223, de 2026.** Fixa parâmetros de cofinanciamento federal para serviços socioassistenciais emergenciais. Brasília, DF: CNAS, 2026.

_____. Comissão Intergestores Tripartite. **Resolução CIT nº 31, de 2025.** Dispõe sobre os critérios de partilha do cofinanciamento do SUAS em situações de emergência. Brasília, DF: CIT, 2025.

CAMPOS, Edval. B. As sociedades amazônicas e o SUAS. In: **COLETÂNEA DE ARTIGOS COMEMORATIVOS DOS 20 ANOS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Brasília: MDS, 2013.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Diretriz para o Preparo do 17º Contingente da Força-Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida.** Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2023a.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Operação Acolhida já registra mais de um milhão de atendimentos.** Boa Vista, RR: 11 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/operacao-acolhida-abriga-cerca-de-9-mil-refugiados-venezuelanos/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria C Ex nº 1.971, de 25 de abril de 2023.** Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército. 3. ed. Brasília, DF, 2023b.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 114-DGP, de 4 de julho de 2016.** Aprova as Instruções Reguladoras do SASEx. Brasília, DF, 2016a.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 238-DGP, de 9 de novembro de 2016.** Aprova as Instruções Reguladoras do PASFME. Brasília, DF, 2016b.

FAN, Ricardo. **Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima realiza diagnóstico na área de assistência social.** DEFESANET. Boa Vista, RR: 5 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/forca-tarefa-logistica-humanitaria-em-roraima-realiza-diagnostico-na-area-de-assistencia-social/>. Acesso em 03 jun. 2025.

MARQUES, Adriana A. **Amazônia: pensamento e presença militar.** 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Portaria MDS nº 1.172, de 2026.** Regulamenta os procedimentos do SUAS em situações de emergência e calamidade pública. Brasília, DF: MDS, 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTÃNEZ, M. V. M. et al. **Lo psicossocial desde una perspectiva holística.** Revista Tendência & Retos, n. 12, p. 177-189, 2007.

MORAES, P.; SIMÕES, G. A segurança humana e o emprego dos contingentes militares na Operação Acolhida. **Boletim de Conjuntura**, v. 19, n. 57, p. 432-445, 2024.

NASCIMENTO, N. S. F. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da questão social.** Revista de Políticas Públicas. São Luís, ed. esp., p. 203-213, 2010.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais. **Relatório Anual de Registro Migratório e Movimentação Fronteiriça.** Brasília, DF: OBMigra/MJSP, 2024. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/2-sem-categoria/401893-ano-5-numero-8-agosto-2024>. Acesso em 19/06/2025.

OLIVEIRA, G. A. G. **A utilização do componente militar brasileiro frente à crise migratória da Venezuela.** Militar Review, n. 38, p. 1-12, 2018.

SILVA, M. V. G. da. Ajuda Humanitária: a contribuição da Operação Acolhida na estratégia de interiorização dos venezuelanos. **Revista Brasileira De Estudos De Defesa**, v. 11. n. 1, 2024. Disponível: em: <https://doi.org/10.26792/rbed.v11i1.75327>. Acesso em 19 jun. 2025.

SIMÕES, G.; VAZ, L. O preparo e emprego militar na crise migratória venezuelana no Brasil. **Boletim de Conjuntura**, vol. 15, n. 45, p. 749-774, 2023.

TEIXEIRA, J. A. C. **Psicologia da Saúde**. Análise psicológica. Lisboa, v. 22, n. 3, p. 441-448, 2004.

¹ Oficial do Exército Brasileiro. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Pós-graduada em Serviço Social, Trabalho e Ética pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Discente do Curso Superior de Doutorado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Campus INPI. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ No tópico 2.3. veremos que a FT Log Hum conta com um rodízio de militares das três Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro. No caso do Exército, os Comandos Militares de Área, em todo o território nacional, designam militares para comporem um novo contingente a cada 5 (cinco) meses. Atualmente a equipe é assim composta: assistente social e capelão do Exército Brasileiro; e psicóloga da Força Aérea Brasileira. Mas tal composição não é fixa. No tópico 3.2., será abordado que, no 8º Contingente, em 2020;

assistente social, psicólogo e capelão, eram todos militares do Exército.

⁴ O Comitê Federal de Assistência Emergencial é presidido pela Casa Civil da Presidência da República. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) é o coordenador do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade. Os demais órgãos envolvidos são: Ministérios da Defesa, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Polícia Federal, Receita Federal, Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Justiça de Roraima, Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>.

Acesso em 19 jun. 2025.

⁵ Como parte do processo, há o Centro de Capacitação e Educação, que oferece instruções em diversas áreas de atuação, visando um futuro profissionalizante para os migrantes.

⁶ Modalidades da Operação Acolhida, focadas em auxiliar migrantes a se encontrarem com seus familiares e/ou responsáveis, que já residem em outras regiões do país, oferecendo suporte e moradia.